

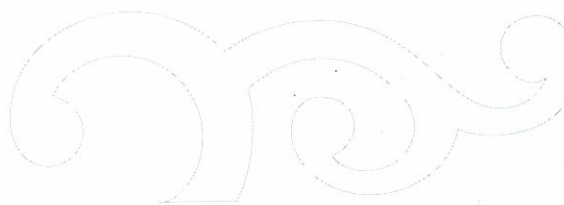
SEPARATA

Jorge Martins Ribeiro

**IV Congresso  
Histórico de  
Guimarães**

*Do Absolutismo  
ao Liberalismo*

2009





# **A cidade do Porto e as invasões francesas (1807-1809)**

**Jorge Martins Ribeiro**

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais





Nos inícios do século XIX Portugal e consequentemente a cidade do Porto ver-se-ão envolvidos nas teias da política napoleónica. De facto, o território metropolitano português revelava-se necessário para a prossecução de um dos seus objectivos principais, a derrota da Grã-Bretanha. Na realidade, “*a submissão de Portugal, contribuindo para isolar a Inglaterra, aparecia como um penhor susceptível de a obrigar a negociar*”<sup>1</sup>.

Recorde-se que o general Bonaparte se tornou primeiro cônsul depois do golpe de estado de 18 do Brumário do ano VII (9-10 de Novembro de 1799) e que a Espanha, cuja política continuava dominada por D. Manuel Godoy, se aliou à França. De referir o que José d’Arriaga, na sua *História da Revolução Portuguesa de 1820*, escreve acerca da Paz de Amiens, a qual, em sua opinião, nos deixou “*folgados por algum tempo, mas não resolveu nenhuma das nossas complicações. Logo que a guerra fosse novamente declarada pela Grã-Bretanha, encontrar-nos-hiamos nas mesmas condições anteriores áquella paz*”<sup>2</sup>.

### Prolegómenos da invasão de 1807-1808

Bonaparte, desde 1801, queria retirar aos ingleses o apoio do país que ele considerava ser o seu único aliado no continente europeu, ou seja, Portugal. O Regente D. João, talvez ingenuamente, acreditou na durabilidade da paz e que esta lhe permitiria a manutenção da aliança com a Grã-Bretanha. Em breve, porém, os acontecimentos vieram desenganá-lo, o recomeço da guerra, em Maio de 1803, e a actuação do general Lannes em Lisboa. Não deixa de ser interessante mencionar que uma biografia recente sobre o referido Lannes, da autoria de Jean-Claude Damamme, na qual este autor afirma que quando o novo embaixador chegou a Lisboa, em 26 de Março de 1802, desembarcou no que me seu entender, era mais uma colónia inglesa, do que um país soberano. De facto, num dos seus primeiros relatórios para Paris Lannes escreve:

*“En arrivant à Lisbonne, j’y ai trouvé une armée anglaise, un ministre choisi et appelé par l’Angleterre, des généraux anglais commandant les troupes portugaises, la factorerie française dépossédée, dispersée, désorganisée, la factorerie anglaise en possession de tous les ateliers, magasins, fabriques. J’ai senti que c’était moins avec le cabinet de Lisbonne qu’avec celui de Londres que j’avais à combattre”*<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> GOTTERI Nicole – *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Editorial Teorema, 2006, p. 63.

<sup>2</sup> ARRIAGA, José de – *Historia da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuense, Lopes & C<sup>o</sup>. Editores, 1886, p. 522.

<sup>3</sup> FUGIER, André – *La Révolution Française et l’Empire napoléonien*. In “RENOUVIN, Pierre – Histoire des Relations Internationales”. Paris: Hachette, 1994, vol. II (1789-1791), pp. 157-158; LABOURDETTE, Jean-François – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003, pp. 471-472; DAMAMME, Jean-Claude – *Lannes. Maréchal d’Empire*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1999, p. 119.



Com o recomeço das hostilidades Bonaparte exigiu o fecho dos portos portugueses à navegação inglesa e o pagamento de uma pesada indemnização, não tendo o Regente, segundo Jean-François Labourdette, “*outro remédio senão inclinar-se e lançar-se nos braços da França*”<sup>1</sup>.

Após a partida do general Lannes, o qual, ainda, segundo Jean-Claude Damamme se havia tornado amigo do príncipe D. João, Napoleão, já imperador dos Franceses, enviou como embaixador para Lisboa o general Junot, futuro duque de Abrantes e futuro comandante do exército que, em 1807, invadirá Portugal<sup>2</sup>.

O aniquilamento das marinhas francesa e espanhola na batalha de Trafalgar, em Outubro de 1805, tornou a Inglaterra a “senhora absoluta dos mares” e fechava Napoleão no continente europeu<sup>3</sup>. No seguimento disto, e ante a impossibilidade de vencer militarmente a Grã-Bretanha, Napoleão resolveu usar a arma económica para a derrotar. Para o efeito, pelo Decreto de Berlim, de 21 de Novembro de 1806, declarava as ilhas britânicas em estado de bloqueio, ao que Londres vai ripostar por meio das Ordens em Conselho<sup>4</sup>. Na opinião de Jorge Borges de Macedo esta estratégia era “*demasiado linear*”, “*subalternizava o espírito nacional e de resistência dos britânicos, assim como o seu espírito de iniciativa para encontrar outros mercados que substituíssem os europeus. Ignorava ainda o papel fundamental que estava desempenhando, na indústria inglesa o esforço de guerra, além de ter pouco em conta o tempo que um plano estratégico desta natureza necessitava para ter efeito.*” Aliás, de acordo com o referido autor, “*Portugal viria a tomar, no desenrolar dos acontecimentos um papel decisivo.*”<sup>5</sup>

Assegurando-se do concurso da Espanha de D. Manuel Godoy, de modo a conseguir autorização de Madrid para a passagem de tropas através do seu território, e após a assinatura do Tratado de Fontainebleau, a 29 de Outubro de 1807, que partia, em três, o território metropolitano português, o Exército de Portugal, comandado por Junot, passava a fronteira portuguesa, a 12 de Outubro, entrando em Lisboa a 27 de Novembro. A família real, entretanto, havia, embarcado para o Brasil, não ficando em Portugal, nenhum familiar seu que pudesse legitimar a ocupação do país. Deste modo, “o poder político-rei” não poderia cair na mão dos franceses,

<sup>1</sup> FUGIER, André, *ob. cit.*, pp. 157-158; LABOURDETTE, Jean-François, - *ob. cit.*, pp. 471-473.  
<sup>2</sup> LABOURDETTE, Jean-François, *ob. cit.*, p. 473, DAMAMME, Jean-Claude *ob. cit.*, p. 136.  
<sup>3</sup> GODECHOT, Jacques - *Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984, p. 169; LATREILLE, André - *L'ère napoléonienne*. Paris: Armand Colin, 1974, p. 143.  
<sup>4</sup> RIBEIRO, Jorge Martins - *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1990, p. 51.  
<sup>5</sup> MACEDO; Jorge Borges de - *História Diplomática Portuguesa constantes e linhas de força*. S.I. Instituto de Defesa Nacional, s.d., pp. 339-440.



nem eliminar o titular legítimo do poder, o “rei-dinastia”, a exemplo do que se passara noutros países, como por exemplo Nápoles<sup>9</sup>.

Recorde-se que, pelo referido tratado de Fontainebleau, o Alentejo e o Algarve seriam dados a D. Manuel Godoy, Príncipe da Paz, o Entre Douro e Minho, incluindo a cidade do Porto, ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia Setentrional. Na realidade, esta parte do território português era destinada à ex-rainha da Etrúria, Maria Luísa, filha de Carlos IV, casada com D. Luís de Parma, com a condição que aquele pequeno reino italiano fosse devolvido a Napoleão Bonaparte. Trás-os-Montes, a Beira e a Estremadura ficariam na posse das tropas francesas até à paz geral, altura em que o seu destino seria decidido<sup>10</sup>.

À aproximação das forças invasoras, os súbditos da Grã-Bretanha, que até aí tinham tido uma vida tranquila e seriam os mais atingidos com a ocupação, tomaram as providências necessárias para protegerem as suas pessoas e bens ou, pelo menos, procuraram neutralizar ou minimizar os previsíveis prejuízos. As autoridades britânicas, logo em Agosto de 1807, começaram a adoptar medidas afim de salvaguardar os bens dos seus súbditos, em Portugal, tendo enviado instruções que facilitaram e apressaram o embarque de pessoas e bens móveis. Deste modo, em meados de Outubro, procedeu-se à evacuação dos ingleses. De facto, a maior parte embarcou a bordo de um “comboio” de mais de quarenta navios e os restantes, entre os quais se contava o comerciante e cônsul no Porto, William Warre, seguiram no dia 2 de Novembro. Como forma de proteger os seus bens móveis levaram para a Grã-Bretanha tudo quanto puderam embarcar, nomeadamente os seus “stocks” de mercadorias e, de forma a transferirem capitais, compraram grandes quantidades de vinhos, algodão, índigo, lãs e frutos. Relativamente aos bens imobiliários, os quais, no dizer de Warre, possuíam um valor avultado, tiveram de utilizar outros expedientes. Por um lado, recorreram a vendas ou hipotecas fictícias, por outro, declaravam garantir o pagamento de empréstimos contraídos, junto de portugueses, com os seus bens de raiz, caso não pudessem regressar a Portugal. Além disto, passaram procurações a empregados de confiança, a fim de que estes zelassem pelos seus interesses e, um pelo menos, Andrew Norton, empregado da firma *Hunt, Newman & C.*, residente em Viana, naturalizou-se português, em Outubro de 1807, vindo residir para o Porto em Dezembro desse mesmo ano.

A propósito, refira-se que apesar do cônsul geral, residente em Lisboa, ter avisado todos os seus concidadãos para deixarem Portugal, temos notícia do facto de cinco deles, pelo menos,

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, pp. 350-351.

<sup>10</sup> RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 102; RAMIREZ-CRUZADO, José Navas – *Los ejércitos gallegos contra Napoleón en la Guerra de la Independencia*. La Coruña: Publicaciones Arenas, 2004, p. 27.



haverem permanecido na cidade. Como seria de esperar, foram presos, o que ocorreu a 9 de Dezembro de 1807, mas acabaram por ser libertados a 12 de Janeiro de 1808, tendo, contudo, de se apresentar ao Auditor espanhol, duas vezes por semana. Um outro súbdito inglês, Henrique Searle continuou a residir no burgo portuense, parecendo, inclusive, gozar de liberdade de movimentos, pois a 25 de Abril 1808, estava no 4.º cartório notarial do Porto a solicitar que uma procuração deixada pelo seu primo João Searle fosse copiado no livro de notas. Se, na realidade, as medidas tomadas pelos ingleses evitaram prejuízos vultosos, não impediram, porém, alguns confiscos, pois, Junot promulgou vários decretos nesse sentido<sup>11</sup>.

### A ocupação franco-espanhola de 1807-1809

De acordo com o articulado do Tratado de Fontainebleau, o norte de Portugal foi ocupado por tropas espanholas. De facto, um dos exércitos invasores, composto por cerca de 6.500 homens e comandado por D. Francisco de Taranco y Llano, procedente de Vigo, tinha ordens para se apoderar da cidade do Porto e do Baixo Douro<sup>12</sup>. Na realidade, o 4.º Regimento de artilharia, a pé, da Corunha entrou em Portugal, a 10 de Dezembro, deixou um batalhão a guarnecer Viana, alguns destacamentos foram colocados ao longo da costa e chegou ao Porto a 13 de Dezembro<sup>13</sup>.

Nesse mesmo dia, através de uma proclamação, D. Francisco de Taranco y Llano tranquilizava os portuenses assegurando que “o exército espanhol não os inquietaria nas suas leis, usos e costumes” e que pretendia “proteger os portugueses na deplorável situação em que se encontravam, pela ausência do seu Soberano”. Apesar de isto poder ser interpretado como uma simples declaração de intenções, afim de granjear a simpatia das populações para com o exército ocupante, António Cruz, afirma, após ter consultado documentação coeva, que “era sincera a atitude de D. Francisco de Taranco y Llano”<sup>14</sup>. De facto, Acúrsio das Neves escreve que “contudo, a boa harmonia conservou-se sempre entre o povo português e os espanhóis, pela

<sup>11</sup> RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, pp. 34, 51, 54-55, 59, 87, 107-130, 183-187; SANCEAU, Elaine – *The British Factory Oporto*. Barcelos: British Association Oporto, 1970, p. 63.

<sup>12</sup> OMAN, Sir Charles – *A History of the Peninsular War*. London: Greenhill Books/Pennsylvania: Stackpole Books, 1995, vol. I: 1807-1809. From the Treaty of Fontainebleau to the battle of Corunna, p. 26.

<sup>13</sup> RAMIREZ-CRUZADO, José Navas, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>14</sup> CRUZ, António – *A revolta da cidade do Porto contra o domínio de Napoleão em 1808*. In “As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto”. Porto: Centro de Estudos Humanísticos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp. 9-10.





*severa disciplina em que Taranco continha o seu exército e pela prudência, moderação e bom comportamento deste general, que seria de uma memória saudosa para os habitantes daquela província se pudessem esquecer-se de que era o general de um usurpador e encarregado de executar planos de usurpação*”. Além disto, ainda de acordo com o mesmo autor, o comandante espanhol “fazia da sua parte quanto era possível para adoçar a sorte daqueles povos e diminuir as calamidades da invasão”, não se intrometendo “no governo civil, deixando pacificamente aos tribunais e ministros o uso da jurisdição que tinham” em nome do soberano legítimo<sup>15</sup>.

D. Francisco de Taranco y Llano acabou por falecer em Janeiro de 1808, tendo deixado entre os portuenses “sentimentos de respeito e gratidão”, apesar de apenas ter governado o Porto durante pouco mais de um mês. Isto leva António Cruz a interrogar-se sobre se isto “não teria sido a personificação de uma esperança”. Após a sua morte foi substituído por D. Domingos Balestá, embora quem, de facto sucedeu a D. Francisco de Taranco y Llano, no governo militar do Porto, foi o tenente general Juan Carrafa de la Bocella<sup>16</sup>. Este militar, numa missiva dirigida ao general Junot, datada de 8 de Fevereiro de 1808, dizia ter recebido, no dia 7, ordens para tomar o comando da divisão e território anteriormente a cargo de D. Francisco de Taranco y Llano. E, esperava que o duque de Abrantes concordasse com essa medida. Por outro lado, afirmava que, de acordo com o ofício recebido do próprio comandante em chefe francês, com data de 2 de Fevereiro, estava a auxiliar as autoridades civis a executarem as ordens emanadas de Lisboa, de forma a conseguirem obter o necessário para a manutenção do exército espanhol. Ao mesmo tempo, declarava ter o general Taranco já tomado providências em relação aos soldados portugueses, que haviam solicitado dispensa, pelo que Damião Pereira da Silva, coronel do Regimento de Infantaria n.º 9 de Viana, fora nomeado para tratar deste assunto.

Nesta altura, verifica-se um bom entendimento entre as duas forças ocupantes. O general Carrafa, informava Junot do facto das autoridades espanholas quererem que as tropas da sua divisão, ainda estacionadas na Estremadura espanhola, fossem utilizadas para guarnecer as costas meridionais de Portugal e ficassem sob o comando do general D. Francisco Solano. No entanto, acerca deste assunto aguardava as ordens do general francês<sup>17</sup>. Na realidade, Carrafa cumpria as ordens directas de Junot, enquanto que Solano afirmava necessitar de “*uma ordem formal da corte de Madrid*”.

<sup>15</sup> NEVES, José Acúrsio das - *Historia geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1810-1811 (reimpressão, Porto: Edições Afrontamento, [1984], vol. 1, pp. 289-290.

<sup>16</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 10-11, 16.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico Militar de Vincennes. 7C4, Carta do general Juan Carrafa para o capitão general Junot, governador de Paris, primeiro ajudante de campo de Sua Majestade Imperador e Rei e general em chefe do exército combinado, datado do Porto, 8 de Fevereiro de 1808.

Uma vez que o comandante em chefe francês pretendia passar a administrar Portugal sozinho, os generais espanhóis não tardaram a reagir, tendo Solano, sido o primeiro a regressar ao seu país, pretextando a necessidade de defender as costas da Andaluzia, ameaçadas pelos ingleses. Carrara, por seu lado, utilizando uma desculpa semelhante, pretendia voltar à Caliza, cujas costas estariam a ser alvo de ameaças da armada inglesa. O duque de Abrantes, contudo, não aceitou esta pretensão, antes ordenando que se dirigisse a Lisboa. A verdadeira razão seria “o desejo de *funot de vigiar de perto e por forma directa as tropas de Carrara*”; pois não lhe escapava o estado de espírito dos portugueses e o bom entendimento reinante entre as “*forças espanholas com destacadas elementos do Porto e seu termo*”. Daí que tenha nomeado para o comando do norte do país o general Quesnel, acompanhado por Tambourau como corregedor-mor e por Ferron como delegado da polícia. No seguimento disto, o general Carrara deixou o Porto<sup>18</sup>.

O conego Noël-Antoine Apuril du Pontreau, sacerdote emigrado no Porto, de posições violentamente anti-napoléónicas e testemunha ocular destes acontecimentos, afirma que na cidade a vida continuou como antes da ocupação. Exceptuava-se o facto da bandeira tricolor substituir a portuguesa, do governador ser um general francês e de nas ruas e caminhos se encontrarem patrulhas de granadeiros ou caçadores a cavalo<sup>19</sup>.

No seguimento do levantamento do 2 de Maio em Madrid a situação mudou em Espanha, tendo a Caliza sido presa de agitação social e o efeito imediato do levantamento galego foi a formação de um “Exército de Entusiasmo”, constituído por voluntários. Assim, depois destes acontecimentos as tropas sob o comando do brigadeiro Ballesta sublevaram-se, libertaram a cidade do Porto e prenderam o general Quesnel, juntamente com um esquadrão de dragões que foram levados como prisioneiros para a Caliza<sup>20</sup>. No dia 6 de Junho, aproveitando a ausência de Quesnel que se deslocara, em romaria, ao Senhor de Matosinhos, Ballesta tomou as providências necessárias para que, no regresso à cidade, fosse deitado, juntamente com os outros oficiais franceses, pelas suas tropas. O único que escapou foi o delegado da polícia Ferron, pois conseguiu fugir.

Depois deste episódio, o brigadeiro Ballesta teve uma reunião com as autoridades da cidade informando-as que se retirava, deixando-as livres para decidir se preferiam o governo da

<sup>18</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, 1970, pp. 13-17.

<sup>19</sup> AVRIL, Gilles – *L'Anti-Napoléon. Écrits inédits et papiers de Noël-Antoine Apuril du Pontreau, chroniqueur de la Congrégation de France*. Paris: Nouveau Monde Editions/Fondation Napoléon, 2006, p. 61.

<sup>20</sup> RAMIREZ-CRUZADO, José Navas, *ob. cit.*, pp. 33, 39-40.





casa de Bragança, se o Francês. Apesar de se terem pronunciado pela obediência ao Regente D. João, a proclamação da independência só teve lugar a 18 de Junho de 1808<sup>21</sup>. No entanto, de acordo com José de Abreu Bacelar Chichorro “*não durou muito a resolução tomada em Camara pela influencia do General Hespanhol; no fim de três dias as Bandeiras Reaes da Nação forão abatidas; e tremularão de novo as pérfidas Aguias Francezas: A linda, e valorosa Cidade do Porto pareceo indifferente a este sucesso; o Povo, caprichoso sob pontos de honra, pejou-se de que estrangeira mão lhe ministrasse a espada da vingança; e lhe abrisse a estrada da sua liberdade.*”<sup>22</sup>

Após a Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto de 1808, o país ficou liberto da ocupação napoleónica, tendo, as tropas gaulesas, deixado Lisboa, em 15 de Setembro de 1808 e, em Outubro, desse mesmo ano, partiram da barra do Douro as forças francesas provenientes de Almeida.

De momento, a cidade do Porto e Portugal estavam livres da ocupação francesa, mas Napoleão não desistiu de invadir e ocupar o país, dado isso ser imprescindível, conforme vimos, ao êxito do Bloqueio Continental e conseqüente derrota da Grã-Bretanha. Esta potência, aliás, tinha feito desembarcar um corpo expedicionário, comandado por Sir Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, nos princípios de Agosto de 1808, em Lavos, perto da Figueira da Foz. Serão estas forças, que conjuntamente com as portuguesas, irão derrotar Junot e forçá-lo a assinar a Convenção de Sintra. O Reino Unido enviara tropas para Portugal, não apenas com o fim de pôr termo à ocupação gaulesa, mas porque esta era a melhor maneira de ajudar à libertação da Espanha e de atingir o poderio de Napoleão. De facto, Wellesley declarava-se convencido que “*a Inglaterra só poderia ajudar eficazmente a causa espanhola, se expulsasse os franceses de Portugal*”<sup>23</sup>.

A propósito deste episódio será curioso citar aqui duas estrofes de um poema épico intitulado *O Porto invadido e libertado*, publicado anonimamente, em 1815, mas da autoria de António Joaquim de Mesquita e Melo:

<sup>21</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 21- 22; AVRIL, Gilles, *ob. cit.*, pp. 63-64.

<sup>22</sup> CHICHORRO, José de Abreu Bacellar – *Relação breve, e verdadeira da entrada do exercito francez, chamado de Gironda, em Portugal em Novembro de 1807*. Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1909, pp. 71-72.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, pp. 106-107, 157-159.



*Suas\* armas voltando contra a França,  
A Lusitania a segue, e felizmente  
Brada, acclamando a Casa de Bragança,  
Que só pode escapar de Lysia ausente:  
O Porto, que sobre armas não descança,  
Se revolta ligeiro assás valente,  
Imita-o Portugal, só Ulysséa  
Geme arrastando a rigida cadêa.*

## 8.

*Mais portentosa o Porto ganha,  
A triste restaurar marcha apressado,  
Seu contrario expellir com força estranha,  
Que tremia entre o luso levantado:  
Prompto socorro pede á Gran-Bretanha  
Por ver-se do Francez mais que assolado;  
Elle do feio rico desencerra  
Tropa, dinheiro, e armas para a guerra.”<sup>24</sup>*

\* Da Espanha

<sup>24</sup> MELLO, António Joaquim de Mesquita – *O Porto invadido e libertado*. Porto: Na officina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1815, p. 9.



## A invasão comandada pelo marechal Soult, duque da Dalmácia

291

Em 1809 vai dar-se uma outra invasão, desta vez comandada pelo marechal Jean de Dieu Soult, duque da Dalmácia. De facto, a resolução da questão espanhola, de acordo com Nicole Gotteri, dependia de uma intervenção decisiva em Portugal, pois, para assegurar o governo do rei José, era necessário reduzir as forças insurgentes e fechar o continente ao exército inglês. Ora a Grã-Bretanha apoiava o levantamento espanhol e o “santuário” das forças inglesas encontrava-se em Portugal. Deste modo, era lógico que Napoleão procurasse neutralizar esta base<sup>25</sup>.

Nas suas *Memórias*, Soult descreve a abortada tentativa de atravessar, em Fevereiro de 1809, o Minho, junto à foz, pois devido às chuvas torrenciais do Inverno o rio ia demasiado cheio. Estas dificuldades vão fazer com que Soult tente a sua entrada por Chaves, caminho mais difícil e penoso que pelo litoral, até porque de acordo com palavras suas “*desfiladeiros e aldeias estavam defendidos pela população insurgida*”. No entanto, passava a fronteira portuguesa, a 9 de Março e Chaves capitulava a 12, após uma marcha penosa, pois encontrou todos os habitantes em armas “*homens, mulheres, crianças, idosos e sacerdotes*”. Entrou em Braga, a 20 de Março, tendo encontrado a cidade deserta. As forças de Soult continuaram a sua marcha para o burgo portuense, do qual se apoderaram a 29 de Março, 4.<sup>a</sup> *feira de Trevas*, segundo uma *Memória* coeva citada por António Cruz. De acordo com o marechal Soult as suas tropas encontraram as avenidas cortadas, entrincheiradas, guarnecidas de artilharia e das janelas atirava-se sobre os franceses. Ahamos, no entanto, interessante ver como o próprio marechal Soult descreve o famoso desastre da Ponte das Barcas:

*“Le major Dauture arriva au pont du Douro, à l’instant où les Portugais cherchaient à le couper sous la protection de leur puissante artillerie, postée sur la rive gauche au couvent de la Serra.*

*Il n’y avait pas un instant à perdre, ou le pont était manqué. Lorsque le colonel Donnadieu et le major Dauture y arrivèrent, ils le trouvèrent encombré par plus de deux mille individus de tout âge et de tout sexe. Dans leur panique, ils avaient fait couler un des pontons et s’étaient engloutis avec lui. La cavalerie de l’évêque, qui fuyait au même instant, passait sur le corps de ces malheureux, en les foulant impitoyablement aux pieds des chevaux. C’est ainsi qu’elle parvint à s’échapper, quelques moments avant l’arrivée des Français.*

<sup>25</sup> COTTERI, Nicole - *Le Maréchal Soult*. [Paris] : Bernard Giovanangeli Éditeur, 2000, pp. 291-292.



*Nos soldats, plus généreux, s'empressèrent de secourir ceux des noyés qui donnaient encore quelques signes de vie; d'autres pour éviter de marcher sur eux, placèrent des planches sur les côtes et se portèrent au-delà du pont, malgré la terrible canonnade de l'ennemi.*

*La prise du pont était d'une très grande importance; des renforts furent envoyés au colonel du 47<sup>e</sup> qui en disposa habilement pour s'emparer du faubourg de Villanova ainsi que la rive gauche du Douro.<sup>26</sup>*

Esta versão não é exactamente a mesma da contada pelo cónego Noël-Antoine Apuril du Pontreau. Numa carta enviada a um seu amigo, o abade Courdin, então em Lisboa, relata os dramáticos acontecimentos vividos no Porto, em 29 de Março de 1809, da seguinte maneira:

*“De même la peur et l'épouvante s'emparèrent des citoyens de tout état, de tout sexe, de tout âge, qui, à peu près tranquilles dans leurs maisons, se confiant sur la bonté des tranchées et des redoutes et sur la multitude et la bravoure de leurs concitoyens, sortirent en confusion de leurs demeures. Une partie fuit le long de la rivière, vers le Freixo; beaucoup d'autres vers Villa-Nova.*

*Deux hommes robustes, vers le commencement du pont de la Ribeira, armés de lances terminées d'un fer aigu, menacèrent de tuer quiconque oserait vouloir pousser en avant, sous prétexte probablement de vouloir empêcher l'émigration. Alors cette partie du pont, surchargée d'un nombre trop considérable d'individus, se brise, s'écroule, s'enfonce subitement.*

*L'affluence était si grande que ceux derrière pressaient toujours en avant, ignorant la rupture du pont, et malheureusement sans faire attention aux cris affreux et lamentables de désespoir de ceux qui, à la vue d'une mort inévitable, se voyaient précipités dans le fleuve!*

*Ah Grand Dieu!... Oh! Douleur!... En peu de minutes trois mille personnes environ sont ensevelies sous les eaux!!!*

---

<sup>26</sup> SOULT – *Mémoires du Maréchal Soult. Espagne et Portugal*. Paris: Librairie Hachette, 1955, pp. 66-67, 68, 70, 74-77.



*Quelle triste situation pour ces infortunés ! Quel spectacle d'épouvante affreux et lamentable pour moi, témoin de ma fenêtre de cette scène tragique, lugubre et de désolation. Mon être entier en frissonne encore !*

*En outre, pour comble de malheur, tout le long de Miragaia à la Porto Nova, à celle de Bânos, le peuple en se jetant en foule dans les nombreux bateaux qui s'y trouvaient, occasionna la perte d'une infinité de personnes par le chavirage de plusieurs barques surchargées. Environ trois mille six cent personnes au total, dans ces divers endroits du fleuve ont, dit-on, ainsi misérablement péri.*

*Ah ! Infâmes jacobins !*

*Plus de huit jours ont été occupés à retirer des eaux ces milliers de cadavres qui engorgeaient cette partie du lit de la rivière où le courant de l'eau n'est pas sensible, d'ailleurs arrêtés par les débris de cette partie du pont et para quelques chevaux de cavalerie ennemie qui y furent aussi engloutis.*

*Le pont, dans ce triste moment, fut ouvert à l'endroit du pont-levis dont on avait détaché deux bateaux au moment où le peuple voulait fuir. Déjà maintes personnes y étaient dont plusieurs se noyèrent en se lançant dans quelques barques qui s'y trouvaient.*<sup>227</sup>

Soult computa em mais de 2.000 o número de pessoas afogadas, quer no desastre da ponte, quer na foz do Douro, enquanto o cónego Apuril de Pontreau fala de 3.600. O duque da Dalmácia, no entanto, calcula que o número total de mortos portuguesas foi superior a 8.000. Como não podia deixar de ser, o comandante francês exalta o valor das suas tropas e insiste na crueldade dos portugueses, referindo não ter negligenciado nenhum dos meios que pudessem contribuir para o regresso dos habitantes e a dar-lhes um pouco de confiança. Afirma ter feito, em nome do imperador, proclamações, portarias e decretos e de haver providenciado a substituição dos lugares vagos ou abandonados da administração. Declarava, ainda, ter criado os postos administrativos e militares que lhe pareceram indispensáveis. E, concluía dizendo ter organizado o infeliz país que, desde há 10 meses, estava sujeito a todos os horrores da anarquia<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> AVRIL, Gilles, *ob. cit.*, pp. 81-82.

<sup>28</sup> SOULT ; *ob. cit.*, pp. 77-80 ; CRUZ, António, *ob. cit.*, p. 25.



Soult, no entanto, silencia o facto da cidade ter sido sujeita a um saque que durou três dias e se, de facto, 24 horas depois da sua tomada foram tomadas providências a fim de “evitar desmandos dos mais condenáveis”, os roubos e as violações continuaram<sup>29</sup>. O cónego Apuril de Pontreau, por seu lado, também fala das pilhagens e do roubo dos seus haveres levado a cabo por soldados franceses, bem como do saque do Mosteiro da Serra do Pilar, onde residia, por parte da população de Vila Nova de Gaia e pelos próprios defensores do espaço monástico<sup>30</sup>.

Soult instalou-se no palácio dos Carrancas, enviou uma divisão par Vila Nova de Gaia, ordenou que se prosseguisse na ocupação do Entre Douro e Minho, iniciando “a marcha para sul”, embora os seus destacamentos não tenham conseguido ir muito mais além da, então, Vila da Feira<sup>31</sup>.

O duque da Dalmácia cedo se deu conta que Portugal estava armado para a sua independência e que o uso da força não era suficiente. Seria mais fácil exterminar a nação do que fazê-la ceder. Deste modo, tornava-se necessário agir sobre a moral das populações e tentar que voltassem a acalantar os sentimentos de amizade que a princípio nutriam pelos gauleses. Como os Portugueses não queriam tornar-se nem uma colónia francesa, nem uma província espanhola era necessário tranquilizá-los quanto à sua independência futura, ou seja, prometer-lhes um governo nacional. Só assim seria possível manter um exército no país.

O marechal Soult, que estava sem instruções de Napoleão, resolveu diminuir as calamidades provocadas pela guerra, libertou os milicianos e começou a formar uma legião portuguesa. A isto, juntou medidas políticas, apresentando a ocupação francesa como um meio de restabelecer a ordem e instalar um governo nacional. Numa proclamação datada de 31 de Março intitulava-se governador-geral do reino de Portugal e general em chefe do exército luso. Entretanto, procurou que os portugueses aderissem ao sistema francês e abjurassem da soberania da Casa de Bragança. De forma a captar a simpatia dos portuenses, tentou conquistar o clero para a sua causa, pelo que concedeu uma série de mercês ao Senhor de Matosinhos.

Nas suas *Memórias* nega alguma vez ter tido a pretensão de se fazer aclamar soberano de Portugal, prova disso é o facto de sempre ter falado em nome do Imperador. Além disto, afirma que seria muito estranho fazer-se proclamar rei, por um exército francês e sem o

<sup>29</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 45.

<sup>30</sup> AVRIL, Gilles, *ob. cit.*, pp. 85, 94 e 116.

<sup>31</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 45-46.





consentimento de Napoleão, até porque tal realeza nunca seria reconhecida pelos ingleses<sup>32</sup>. A propósito, António Cruz, baseando-se em escritos da época escreve que “o rapazio da rua, atraído e incitado por adultos a quem cabia a tarefa de preparar manifestações, vinha a juntar-se na rua dos Quarteis, defronte do Palácio dos Carrancas, para dar vivas ao rei Nicolau!”<sup>33</sup>. Soult terá tentado obter da parte da cidade um “inequívoco testemunho de reconhecimento, pelos favores que dele tinha recebido”; pretendia que o burgo portuense solicitasse a Napoleão a sua escolha para “*governante ... e soberano dos portugueses*”. Como os representantes da Câmara se recusassem a tal, tentou obter a assinatura do documento à força. Encenando-se, inclusivamente, uma manifestação, em frente ao palácio dos Carrancas, na qual se pretendia que Napoleão “*se dignasse nomear um Príncipe da sua casa ou qualquer outra da sua escolha*”, para suceder no trono da casa de Bragança. Alguém de uma janela, talvez a mando do próprio Soult terá dado vivas ao “*Duque da Dalmácia, rei de Portugal*” os quais foram secundados por alguns rapazes, obviamente recrutados para o efeito. Em segredo, nessa mesma noite, a vereação da Câmara renegava tudo quanto fora obrigada a subscrever<sup>34</sup>.

António Joaquim de Mesquita e Mello no já referido poema intitulado *O Porto invadido e libertado*, escreve a seguinte estrofe:

“38.

*Soult protervo, fallaz alfim da França*  
*Portotipo do Corso, e seu vassallo,*  
*O sceptro, que he dos nossos reis herança,*  
*Quer teimoso roubar, quer empunhallo:*  
*Mas primeiro há de a Estirpe de Bragança*  
*Dos territorios seus affugentallo,*  
*Antes de possuir o Throno Augusto,*  
*Raivoso fugirá, cheio de susto”*<sup>35</sup>

<sup>32</sup> SOULT, *ob. cit.*, pp. 90-94.

<sup>33</sup> De acordo com Nicole Gotteri, Nicolas (Nicolau) era uma alcunha que ridicularizava os pretendentes fallhados. Foi aplicada ao marechal Soult, após este ter sido acusado de se querer fazer proclamar rei de Portugal. Assim, o nome do marechal, ao contrário do que aparece no *Dictionnaire de Six* é apenas Jean de Dieu Soult e não Nicolas Jean de Dieu Soult. GOTTERI, Nicole - *Le Maréchal Soult.*, pp. 16-17; CRUZ, António, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>34</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 53-54.

<sup>35</sup> MELLO, António Joaquim de Mesquita, *ob. cit.*, p. 47.



Nicole Gotteri, no entanto, diz que o próprio Napoleão tinha manifestado o interesse de colocar um príncipe francês no trono de Portugal e que Soult teria certamente tido conhecimento desse projecto, cabendo ao marechal preparar as condições para que tal se verificasse. A referida autora escreve que “*a campanha de calúnias que os seus esforços engendrarão deve ser encarada no quadro de uma tentativa e de desequilíbrio militar e político*”<sup>36</sup>.

Gotteri, na biografia de Soult é de opinião que as atitudes tolerantes do general, pareceram ter êxito, pois numerosos habitantes teriam pedido, por escrito, ao duque da Dalmácia para solicitar a Napoleão a nomeação de um príncipe escolhido, por ele, para governar o país. Estas iniciativas, ao suscitarem demonstrações excessivas de respeitosa submissão para com o marechal, teriam provocado uma violenta campanha de calúnias. As acusações conseguiram o objectivo de enfraquecer a confiança do imperador e destruir a boa reputação de que Soult gozava. Foi-se amplificando o rumor de que a tentativa de fazer coroar Soult rei de Portugal teria partido de oficiais de conduta mais que censurável<sup>37</sup>. Em nosso entender, a referida autora segue muito de perto as Memórias de Soult, que não parecem coincidir com as fontes portuguesas, nem com o relato de testemunha ocular, como é o cónego Apuril de Pontreau.

O cónego Apuril de Pontreau, nas suas memórias, confirma a ambição de Soult em se tornar rei, tendo tentado organizar um plebiscito para o efeito. De facto, procurara forçar os portugueses e elegerem-no soberano do Porto e do Entre Douro e Minho. Para tal, e a exemplo de Napoleão, forçara os chefes de família, sem lhes explicar a finalidade, a assinar um livro de registo. E, no dia 1 de Maio ordenara a realização de uma parada, de todos os cidadãos, ao som de tambores, acompanhados pelas tropas em armas, canhões, tochas e bandeiras com a águia imperial. Este desfile dirigiu-se ao palácio dos Carrancas, onde Soult residia e onde um arauto proclamava que o duque da Dalmácia fora eleito rei, pelo povo. Este, de acordo com Apuril de Pontreau, ante isto, ficou mudo e confuso, tendo-se retirado em desordem. Da varanda principal do palácio, Soult com a cabeça cingida por uma coroa e um manto real, de cor azul, sobre os ombros, atirava moedas de 5 réis, a fim de conseguir que o rapazio lhe desse vivas. No entanto, a preocupação deste foi a de recolher o maior número de moedas possível<sup>38</sup>.

Soult reintegrou o auditor Taboureau e o general Quesnel, que, no tempo de Junot havia comandado as forças da província do Minho, tendo sido dotado de fundos suficientes para se dedicar a tarefas de espionagem no norte de Portugal. Por outro lado, contou com uma

<sup>36</sup> GOTTERI Nicole – *Napoleão e Portugal*, p. 241.

<sup>37</sup> GOTTERI, Nicole – *Le Maréchal Soult*, pp. 316-317.

<sup>38</sup> AVRIL, Gilles, *ob. cit.*, pp. 96-97.



publicação periódica o *Diário do Porto*, que veio substituir o *Leal Portuguez*. Viu-se, no entanto, a braços com a resistência das populações nortenhas e dos portuenses<sup>39</sup>.

297

O exército anglo-luso, sob o comando de Sir Arthur Wellesley, avançando do sul acabaria por tomar a cidade, a 12 de Maio de 1809, tendo as tropas francesas retirado apressadamente<sup>40</sup>. Apesar do território metropolitano português voltar a ser invadido em 1810-1811, a cidade do Porto não tornou a ser palco de mais operações militares.

---

<sup>39</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 46-48, 51, 55.

<sup>40</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 57-58.



## Conclusão

Em suma, no âmbito da estratégia desenvolvida por Napoleão, no sentido de derrotar a Grã-Bretanha pela arma económica, Portugal metropolitano foi invadido pelos exércitos gauleses e espanhóis. A propósito, Sir Charles Oman na sua obra *A History of the Peninsular War*, afirmava não existir outro exemplo na História de um reino ter sido conquistado em tão pouco tempo e com tão pouco esforço como foi Portugal em 1807<sup>41</sup>. O burgo portuense, um porto e centro comercial importante, desempenhou, em todo este processo, um papel de relevo. Aliás, não nos podemos esquecer dos súbditos britânicos residentes na cidade e que se dedicavam, na sua esmagadora maioria ao comércio, em especial ao do vinho do Porto. Ora, eram os interesses ingleses, os que o Imperador dos Franceses queria atingir com a invasão de Portugal, pois pretendia fechar todo o continente europeu ao comércio com o Reino Unido, de modo a criar “*dificuldades de carácter económico e social, de maneira a que este país se visse obrigado a pedir incondicionalmente a Paz*”<sup>42</sup>. A cidade sempre ofereceu resistência ao invasor, embora o relacionamento com as tropas galegas, em 1807-1808, tivesse sido mais cordial, do que o tido com os franceses durante a invasão do marechal Soult em 1809. No decurso desta ocupação, a cidade sofreu uma das maiores catástrofes da sua História, o denominado “*desastre da ponte das barcas*”, sendo esta a única vez que a cidade foi alvo de um saque por parte de um exército estrangeiro. No entanto, as tropas gaulesas também contribuíram para espalhar em Portugal as sementes da *ideia nova*, quer dizer, dos ideais revolucionários, que irão germinar e dar frutos em 1820, aquando da 1.ª Revolução Liberal Portuguesa<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> OMAN, Sir Charles, *ob. cit.*, 26.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Jorge Martins, *ob. cit.*, p. 51.

<sup>43</sup> CRUZ, António, *ob. cit.*, pp. 59.